



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Universitário Santo Agostinho

# revista fsa

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 4, art. 1, p. 03-19, jul./ago. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.4.1>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



## O DRPE Como Método de Intervenção da Gestão Social

### DRPE as a Social Management Intervention Method

#### **Thatiana Stacanelli Teixeira**

Mestrado em Administração na Universidade Federal de Lavras  
Graduação em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras  
E-mail: [stacanellithati@gmail.com](mailto:stacanellithati@gmail.com)

#### **Valderí De Castro Alcântara**

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
E-mail: [valderidecastroalcantara@gmail.com](mailto:valderidecastroalcantara@gmail.com)

#### **André Spuri Garcia**

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
Mestre em Administração pelo PPGA/UFLA  
E-mail: [andrespurigarcia@gmail.com](mailto:andrespurigarcia@gmail.com)

#### **José Roberto Pereira**

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília  
Professor Titular da Universidade Federal de Lavras  
E-mail: [jrobertopereira2013@gmail.com](mailto:jrobertopereira2013@gmail.com)

---

#### **Endereço: Thatiana Stacanelli Teixeira**

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Departamento de Administração e Economia (DAE), Caixa postal 3037, CEP 37200-000, Lavras, MG, Brasil.

#### **Endereço: Valderí De Castro Alcântara**

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Departamento de Administração e Economia (DAE), Caixa postal 3037, CEP 37200-000, Lavras, MG, Brasil.

#### **Endereço: André Spuri Garcia**

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Departamento de Administração e Economia (DAE), Caixa postal 3037, CEP 37200-000, Lavras, MG, Brasil.

#### **Endereço: José Roberto Pereira**

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Departamento de Administração e Economia (DAE), Caixa postal 3037, CEP 37200-000, Lavras, MG, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

**Artigo recebido em 24/01/2019. Última versão recebida em 12/02/2019. Aprovado em 13/02/2019.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação**



## RESUMO

Estudos vêm buscando apresentar abordagens de intervenção participativa à luz da gestão social, partindo de metodologias praxiológicas de intervenção social. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é apresentar as contribuições metodológicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) para a gestão social. Mostramos no artigo que o DRPE tem fundamento na participação e na deliberação buscando processos dialógicos de transformação da realidade. Dessa forma, a conjugação de técnicas de caráter participativo permite a obtenção de informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. A gestão social e o DRPE contribuem para a construção de uma sociedade democrática, quebrando o silêncio e a falta de participação da sociedade em questões de bem comum, com isso, temos que estas buscam e prezam pelo consenso, entendimento e possibilitam a reflexão crítica da realidade.

**Palavras-Chave:** Diagnóstico. Emancipação. Gestão Social. Metodologia de intervenção.

## ABSTRACT

Studies have sought to present participatory intervention approaches in the light of social management, starting from praxiological methodologies of social intervention. In this sense, the objective of this essay is to present the methodological contributions of Rapid Participatory Emancipatory Diagnosis (DRPE) for social management. We show in the article that DRPE is based on participation and deliberation seeking dialogical processes of transformation of reality. In this way, the combination of participatory techniques allows qualitative and quantitative information to be obtained in a short period of time. Social management and DRPE contribute to the construction of a democratic society, breaking the silence and the lack of participation of the society in matters of common good, with that, we have that these seek and cherish by the consensus, understanding and make possible the critical reflection of the reality.

**Keywords:** Diagnosis. Emancipation. Social Management. Intervention methodology.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir de 1990 um movimento de pesquisadores vem se empenhando sobre um campo que possui como eixo central os processos de gestão que são participativos, deliberativos, dialógicos e emancipatórios: o campo da gestão social. Este é visto como em processo de consolidação (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015). De acordo com Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2011, p. 750), “[...] os debates sobre gestão social no Brasil têm o seu início a partir dos primeiros anos da década de 1990 e naquele momento era um conceito restrito às organizações do chamado terceiro setor”. Atualmente, para além das organizações da sociedade civil, as discussões expandiram-se para o âmbito público e das empresas privadas.

Maia (2005, p. 14) traz em seu estudo a noção de *locus* da gestão social como sendo “[...] espaços ou campos de viabilização da gestão social”. Recentemente, Alcântara et al. (2015) mapearam diversos *locus* da gestão social, a saber: sociedade civil; terceiro setor; qualquer sistema; esferas públicas; espaços públicos; espaço intermediário entre Estado-mercado-sociedade; conselhos gestores; experiências participativas; movimentos sociais; ONGs; parcerias trissetoriais; territórios; interorganizações e espaços locais. Isso mostra que as pesquisas sobre gestão social são desenvolvidas em diferentes âmbitos e não se restringem a um tipo específico de organização.

O termo se tornou amplo no Brasil a partir da primeira conceituação elaborada por Tenório (1998), baseado na teoria crítica e na teoria da ação comunicativa de Habermas. Tenório (1998) busca fundamentação para seu conceito na racionalidade comunicativa – pelo indicativo de que a gestão social se guia por um gerenciamento mais participativo, dialógico e na busca do entendimento. Com isso, em seus textos, Tenório (1998; 2005; 2008; 2013) defende a noção de processo gerencial dialógico, decisão compartilhada, intersubjetividade, acordo racional, cidadania deliberativa, dentre outros conceitos e categorias que ele vai movimentando para tratar da gestão social. Em síntese, o autor define a gestão social como “[...] o processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social” (TENÓRIO, 2005, p. 102).

Existem notadamente diferentes perspectivas, abordagens e noções de gestão social. Este texto se constrói na linha que Peres Júnior e Pereira (2014) denominam de “abordagem frankfurtiana da gestão social” e Cruz (2017) trata como “abordagem habermasiana da gestão social”. Isto é, o conjunto de textos que se embasam nos conceitos de ação comunicativa e

esfera pública habermasiana (além de outros autores e conceitos) para conceber a gestão social como “[...] ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 17). Nessa direção, Cançado, Pereira e Tenório (2015) e Pereira e Cançado (2017) estabelecem três categorias centrais da gestão social: interesse bem compreendido, esfera pública e emancipação. Estes autores nos convidam para o aprofundamento não só das categorias teóricas, como também para a análise e a elaboração de metodologias para a gestão social.

Seguindo essa última indicação, neste artigo buscamos contribuições do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE). De acordo com Pereira (2017), o DRPE é um método praxiológico de diagnosticar determinada realidade, de forma predominantemente qualitativa e a partir da crítica coletiva. Tal abordagem possui fundamentos nos chamados Diagnósticos Rápidos Participativos, enquanto instrumentos que viabilizam a participação social, na ação comunicativa de Jürgen Habermas e na ação dialógica de Paulo Freire, ao estabelecer processos dialógicos entre a equipe de pesquisadores e os sujeitos da pesquisa. Os objetivos do DRPE, em linhas gerais, estão voltados para as bases de um processo de conscientização dos participantes que possibilite que estes atuem de forma emancipada (PEREIRA, 2017).

Atento às novas possibilidades de métodos qualitativos de pesquisa que envolvam a coletividade, o objetivo deste ensaio é apresentar as contribuições metodológicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) para a gestão social. É relevante destacar que mesmo diante do desenvolvimento do campo da gestão social, consideramos a importância de realizar procedimentos e diálogos que envolvem seu desenvolvimento metodológico a fim de avançar nas lacunas existentes, assim como também o desenvolvimento do DRPE.

O presente ensaio teórico encontra-se organizado da seguinte maneira: fundamentos teóricos da gestão social; metodologias em gestão social; Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE); DRPE como uma possibilidade metodológica de estudo em gestão social, sendo abordada a questão epistemológica de como se produz conhecimento em gestão social e as categorias analíticas da gestão social a partir do DRPE; por fim, as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Fundamentos teóricos da gestão social e suas categorias

Inicialmente, é necessário mostrar que a gestão social surge de um descontentamento com o *status quo* da administração fundamentada no positivismo. Cançado (2011) faz um resgate histórico do desenvolvimento da ciência. Segundo o autor, a ciência como conhecemos hoje teve grande influência do pensamento de Descartes, que propôs a negação do conhecimento tradicional e propôs a busca da verdade por meio da dúvida e da pesquisa. Adiante, Auguste Comte operacionaliza os pensamentos de Descartes com a criação do positivismo, onde as decisões são baseadas na razão (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Posteriormente, a administração e a administração pública assumem “os pressupostos das ciências naturais como legitimadores de seu caráter científico” (CANÇADO, 2011, p. 16). Nesse contexto, Cançado (2011, p. 16) destaca que os seres humanos se tornavam “matéria-prima, membros produtivos e bem-comportados da sociedade”. Tenório (1990) também apresenta críticas ao processo de racionalização do trabalho e destaca que “a força de trabalho [é tratada] como uma mercadoria ‘comprada’ para atuar no interior das organizações” (TENÓRIO, 1990, p. 6).

Cançado (2011, p. 17) mostra como o positivismo “perde um pouco de sua força” na década de 1960, mas continua “bastante influente nas ciências sociais e, principalmente, no campo da Administração”. Apesar disso, a “ciência contranormal começa a ser desenvolvida na década de 1970, [e] estes estudos desenvolveram uma ontologia e uma epistemologia que minaram a concepção positivista” (CANÇADO, 2011, p. 17). É nesse contexto de mudança que “a Gestão Social desponta como uma ‘possibilidade objetiva’ de constituir um campo científico, não no intuito de ser a única forma de gestão, porém mais uma possibilidade teórica e prática” (CANÇADO, 2011, p. 18).

Segundo Peres Junior e Pereira (2014, p. 222), “a Gestão Social, como campo de conhecimento científico, está em pleno processo de construção”, nesse sentido, “é uma temática que vem ganhando espaço na agenda de diversos pesquisadores e até mesmo de profissionais dedicados à área social. Além disso, parece haver uma busca, pelos pesquisadores, por um caminho teórico mais sólido e robusto” (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013, p. 72). Em 1998, Tenório publicou na Revista de Administração Pública o artigo que viria a se tornar o seminal para a gestão social, intitulado de “*Gestão social: uma perspectiva*

*conceitual*” e, em 2005, publicou o artigo “(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social” quando complementa o trabalho de 1998. O conceito de gestão social de Tenório se distancia do projeto político neoliberal e busca a construção de um novo paradigma para a tradicional e assimétrica relação entre Estado, mercado e sociedade.

Tenório (1998, 2005) utiliza como referencial teórico a perspectiva da Escola de Frankfurt. Nesse sentido, ressalta que “o fundamento epistemológico que utilizamos para contrapor o significado de gestão social ao de gestão estratégica [...] é aquele definido pela escola de Frankfurt a partir do confronto entre a teoria crítica e a teoria tradicional” (TENÓRIO, 1998, p. 9). A teoria tradicional está relacionada com a ideia de conhecimento “puro”, positivista, que busca princípios gerais por meio do empirismo e da verificação e que não visa à transformação social. A teoria tradicional trata os fatos sociais como quase neutros e, nesse sentido, os fatos sociais podem ser delimitados e quantificados. A teoria crítica, por outro lado, “investiga as interconexões recíprocas dos fenômenos sociais e observa-os numa relação direta com as leis históricas do momento da sociedade estudada” (TENÓRIO, 1998, p. 9).

Outro contraponto entre a teoria crítica e a teoria tradicional diz respeito à relação entre pesquisador e objeto de estudo, pois “a teoria crítica não aceita o conhecimento como distinto e superior à ação e reconhece que a pesquisa é impossível de ser desinteressada em uma sociedade em que os homens não são autônomos” (TENÓRIO, 1998, p. 10).

Após discutir o contraponto entre teoria crítica e teoria tradicional, Tenório (1998) discute os conceitos de racionalidade instrumental e racionalidade comunicativa. O autor ressalta que os frankfurtianos veem a racionalidade instrumental como inibidora da emancipação do homem. Habermas aceita essa ideia, entretanto, não sustenta o pessimismo de seus antecessores que não vislumbravam uma alternativa para a razão instrumental (LUBENOW, 2012; TENÓRIO, 1998). É nesse contexto que Habermas demonstra seu conceito de racionalidade comunicativa. Ele busca mostrar “os problemas gerados pela racionalização da sociedade, por meio do conceito de ação social, conceito que ele desenvolve a partir da seguinte tipologia: teleológica, estratégica, normativa, dramaturgic e comunicativa” (TENÓRIO, 1998, p. 12-13). Tenório (1998) contrapõe, então, ação estratégica e ação comunicativa. Portanto, a expressão ação estratégica é para o autor antitética à ação comunicativa: “Essas tipologias de ação contribuirão para originar os conceitos de gestão estratégica e gestão social” (TENÓRIO, 1998, p. 14).

Gestão estratégica é um tipo de ação social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins e implementada através da interação de duas ou mais pessoas, na qual uma delas tem autoridade formal sobre a(s) outra(s). Por extensão, neste tipo de ação gerencial o sistema-empresa determina suas condições de funcionamento e o Estado se impõe sobre a sociedade. É uma combinação de competência técnica com atribuição hierárquica, o que produz a substância do comportamento tecnocrático. Por comportamento tecnocrático, entendemos toda ação social implementada sob a hegemonia do poder técnico ou tecnoburocrático, que se manifesta tanto no setor público quanto no privado, fenômeno comum às sociedades contemporâneas (TENÓRIO, 1998, p. 14).

Portanto, Estado, sociedade e organizações são configurados e orientados de acordo com os pressupostos e objetivos da razão instrumental. Além disso, “por se utilizar da ação gerencial do tipo monológica, ela é autoritária, na medida em que substitui a ideia de associação de indivíduos livres e iguais pela ideia de uma sociedade isenta de sujeitos” (TENÓRIO, 1998, p. 15). Por sua vez,

A gestão social contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. E uma ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo [...]. (TENÓRIO, 1998, p. 16).

Tenório (2005) sintetiza essa diferença entre gestão estratégica e gestão social. Enquanto a gestão estratégica “atua determinada pelo mercado [...] prima pela competição em que o outro, o concorrente, deve ser excluído e o lucro é seu motivo [...], a *gestão social* deve ser determinada pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo” (TENÓRIO, 2005, p. 103). A gestão social pressupõe, então, o exercício da cidadania.

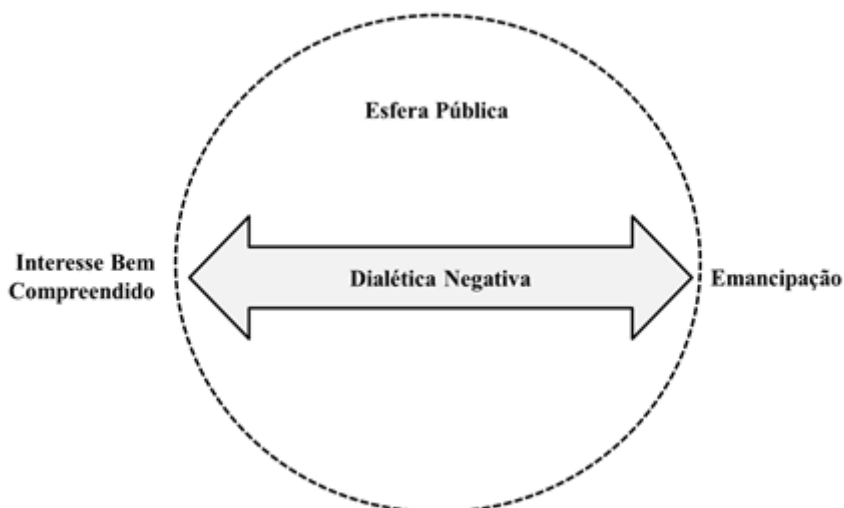
Cançado, Pereira e Tenório (2013) ressaltam que, apesar das diversas abordagens e dos diferentes autores que vêm trabalhando com essa temática, é possível delinear algumas características básicas para a gestão social. Segundo os autores, a tomada de decisão coletiva é uma das bases da gestão social. Por sua vez, a tomada de decisão coletiva exige que se tenha ausência de coerção, ou seja, “todos devem ter a liberdade de manifestar o que pensam dialogicamente” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 131). Ademais, essa tomada de decisão deve ser baseada no entendimento – aqui se nota a aproximação com a ação comunicativa habermasiana. Consequentemente, a dialogicidade é outra característica da gestão social, onde “a transparência surge como condição necessária para as outras características [...] as informações devem estar disponíveis a todos, o segredo e a assimetria de informações também são estranhos a esse processo” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO,

2013, p. 131). Por fim, a emancipação é o objetivo e resultado esperado da gestão social (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).

Em síntese, tem-se uma primeira aproximação da delimitação do campo: a Gestão Social é a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na intelegibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, a transparência como pressuposto e na emancipação na condição de fim último (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 132).

A Figura 1 apresenta a síntese destacada pelos autores da gestão social como “um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 178).

**Figura 1 – Aproximação teórica da gestão social**



Fonte: Pereira e Cançado (2018, p. 40).

Para Pereira e Cançado (2017) as três grandes categorias são: interesse bem compreendido, esfera pública e emancipação (Figura 1). No sentido da dialética negativa, os autores destacam que o processo de gestão social, ou seja, a gestão social como prática, ao perseguir a emancipação, pode aumentar a possibilidade dessas características se apresentarem (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013).



### 3 METODOLOGIAS EM GESTÃO SOCIAL

#### 3.1 DRPE como uma possibilidade metodológica de estudo em gestão social

De acordo com Cançado, Pereira e Tenório (2015, p. 194), “por se constituir em um campo ainda em construção, a Gestão Social necessita de mais aportes teóricos e metodológicos para sua construção”. Os autores sugerem que avanços foram observados ao longo dos anos, mas destacam que o campo da gestão social ainda necessita de um aprofundamento teórico-metodológico. Nesse sentido, Cançado (2011, p. 277) sugere a “elaboração de metodologias para o desenvolvimento da Gestão Social”. Assim, são necessárias metodologias de pesquisa e também de intervenção social.

Iizuka e Junqueira (2013) realizaram uma revisão dos artigos publicados no ENAPEGS entre 2007 e 2012 e que tinham como tema central a gestão social. Em relação às metodologias, observou-se que a grande maioria dos artigos apresentaram metodologias qualitativas: “a sistematização das bibliografias, a partir da revisão bibliográfica e as análises de experiências e projetos por meio de estudos de caso e análise de discurso se apresentaram como as principais técnicas qualitativas” (IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013, p. 77). Os autores destacaram, também, grande presença de ensaios teóricos, característica de uma área científica que está em construção.

Uma das possibilidades é a análise de discurso crítica (CRUZ, 2017). Em relação à análise de discurso, este parece um bom caminho de pesquisa, pois a gestão social pode ser vista também como uma prática discursiva. No entanto, existe demanda por métodos que sejam de intervenção e com participação social. Por isso, neste artigo nos delimitamos a enfatizar o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador.

#### 3.2 O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – DRPE

Com a perspectiva de identificar a realidade de uma organização, pequenos grupos ou uma coletividade, alinhada à perspectiva da gestão social é adequado que se utilize de métodos de diagnóstico participativo, fundamentados em processos dialógicos de transformação da realidade. Por meio dessa intencionalidade participativa e a partir de diversas críticas apresentadas por outros atores aos métodos convencionais de diagnóstico e pesquisa, especialmente ao tipo *survey*, é que surgiram os Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs) na década de 1970. Os DRPs foram criados e desenvolvidos por organizações não

governamentais (ONGs) e governamentais europeias responsáveis por projetos de desenvolvimento rural em países da África e Ásia (PEREIRA, 2001).

Inicialmente, o método se deu pelo interesse de técnicos em buscar novas formas de realizar pesquisas, que difundissem tecnologias e planejamento de projetos de desenvolvimento rural, visando minimizar a pobreza rural, manutenção das desigualdades sócias e a postura de agentes externos (PEREIRA, 2017). A partir de então, pesquisadores e técnicos focados no desenvolvimento passaram a desenvolver o aspecto participativo do método e na década de 1990 surgiu o Diagnóstico Rural Participativo. Com a realidade brasileira e a complexidade de grupos sociais, como assentamentos rurais da reforma agrária, cooperativas, associações, empreendimentos de economia solidária, e outros, observou-se a necessidade de incrementar e melhor elaborar a técnica, visando maior intervenção, participação e emancipação (PEREIRA, 2017). Vista a necessidade de aperfeiçoar este método e acrescentá-lo mais performance aos seus envolvidos, cria-se então o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE).

O DRPE possui uma sequência conjugada de técnicas de caráter participativo que possibilitam adquirir informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo, constituindo um instrumento metodológico de identificação de problemas, suas causas e prováveis soluções a partir da ação comunicativa dialógica entre os próprios participantes, com a intenção de gerar um consenso entre eles (PEREIRA, 2017). Por isso, este modelo de diagnóstico conta com a participação de uma equipe interdisciplinar externa à organização na utilização de técnicas participativas.

O principal papel da equipe interdisciplinar é de induzir os participantes a identificar seus próprios problemas, causas e prováveis soluções, enfatizando suas demandas dentro de um princípio baseado no diálogo. Isso justifica que a participação neste método está baseada no saber e na capacidade criativa dos participantes e do envolvimento de outros atores sociais. A participação é vista como um meio de criar, contribuir e interagir com a sociedade (PEREIRA, 2017).

Os diagnósticos participativos, como o DRPE, são recursos metodológicos imprescindíveis para promover a sustentabilidade de grupos heterogêneos de camponeses na medida que proporcionam a compreensão de suas práticas e valores culturais e o respeito às suas formas de organização social, desde que os membros que compõem a equipe transdisciplinar sejam bem capacitados em termos teóricos e metodológicos. Portanto, não basta, aos grupos mediadores, terem boas intenções ou expressarem posturas românticas ou rebeldes. É necessário que tenham consciência crítica e que estejam preparados metodologicamente. (PEREIRA, 2001, p. 8).

Por meio da participação dialógica que se constroem os alicerces do DRPE, sendo um deles trabalhando no processo emancipatório desses participantes envolvidos, e outro que sustenta o procedimento e faz parte de uma das finalidades desta técnica, gerando reflexões aos participantes por meio da dialogicidade entre eles para que estes alcancem o processo emancipatório. Essa base pode ser entendida como uma ação gerencial dialógica (PEREIRA, 2017; PEREIRA; CANÇADO, 2018).

Em linhas gerais, os objetivos do DRPE estão voltados para as bases de um processo de conscientização dos participantes que lhes permitam moverem-se de uma situação de dependência ou tutorial para uma situação sustentada e emancipada. Especificamente, destacam-se os seguintes objetivos do DRPE (PEREIRA, 2017):

- i. Identificar e analisar os temas geradores dos participantes, motivando-os metodologicamente a problematizarem sua própria realidade, com a finalidade de estabelecerem suas prioridades, avaliando as ações que eles mesmos podem realizar e aquelas que caberiam às instituições locais, estaduais e federais;
- ii. Levantar informações de natureza qualitativa e quantitativa como base para elaborar estratégias de ação para os próprios participantes;
- iii. Identificar limitações e potencialidades estruturais de organização dos participantes da ação (PEREIRA, 2017).

Para Pereira (2017), utilizar técnicas agrupadas e sequenciais é o caminho ideal. São utilizadas cerca de doze técnicas, a saber: apresentação da equipe multidisciplinar, mapeamento histórico, caminhada transversal, diagrama de Venn, calendário sazonal, entra e sai, entrevista semiestruturada, grupo focal, rotina diária, construção, matriz realidade e desejo e, por fim, a eleição de prioridades (Quadro 1).

**Quadro 1 – Técnicas mais utilizadas no DRPE.**

<b>Técnica</b>	<b>Descrição</b>
Apresentação	Identificação dos participantes do diagnóstico quanto a idade, estado civil, ocupação, número de filhos e de dependentes.
Mapeamento histórico	Desenho do mapa do local na percepção de seus moradores e descrição da situação histórica das paisagens anteriores.
Caminhada transversal	A equipe transdisciplinar caminha transversalmente o mapa desenhado pelo grupo para constatar, <i>in loco</i> , a descrição feita por eles, fotografando e/ou filmando a paisagem.
Construção	Consiste em promover a reflexão crítica de uma coletividade sobre as condições de infraestrutura que possuem na atualidade e aquela que desejam construir no futuro próximo.
Calendário sazonal	Construção de um esquema gráfico onde as coordenadas Y e X representam, respectivamente, a demanda relativa de força de trabalho, medida em dias de trabalho, e as atividades ao longo dos meses de um ano.
Rotina diária	Técnica complementar ao calendário sazonal que permite visualizar a

	distribuição do trabalho ao longo do dia.
Diagrama de Venn	Representação gráfica, em forma de círculos, na interpretação dos participantes, da importância e da atuação de organizações, entidades ou instituições que estão presentes em suas vidas cotidianas, tendo como referência a própria organização.
Entra e sai	Elaborada a partir de desenhos e representações gráficas, que permite aos participantes uma melhor visualização dos seus gastos e receitas em cada atividade produtiva ou de serviço desenvolvida.
Matriz realidade e objetivo	Elaboração de uma matriz onde são cruzadas as informações sobre os problemas, suas causas e possíveis soluções apresentadas pelos participantes.
Eleição de prioridades	Identificação das prioridades sociais, econômicas, políticas e técnico-produtivas do grupo por meio da realização de uma eleição democrática.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao final de cada aplicação de técnica e do DRPE por completo, relatórios são gerados e esses são responsáveis por subsidiar os trabalhos finais que serão apresentados e devolvidos à sociedade que contribuiu para o diagnóstico. E a partir dos resultados, parte-se então para a viabilização de planos gerenciais que atendam tais demandas e possibilitem maior participação, interação e emancipação de indivíduos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Como se produz o conhecimento em gestão social a partir do DRPE

Como forma de delimitar o campo da Gestão Social, Cançado, Pereira e Tenório (2013) elaboraram um quadro que traz as dimensões da gestão social relacionadas aos pressupostos sobre a natureza da ciência social de Burrell e Morgan, onde abordam as dimensões ontológica, epistemológica, natureza humana e metodológica (Quadro 2).

**Quadro 2 – Gestão social e os pressupostos sobre a natureza da ciência social de Burrell e Morgan (1979).**

Dimensão	Características da Gestão Social
Ontologia	Nominalismo
Epistemologia	Antipositivismo
Natureza Humana	Voluntarismo
Metodologia	Ideográfico

Fonte: Cançado, Pereira e Tenório (2013).

A dimensão ontológica é considerada nominalista pois, a tomada de decisão coletiva, sem imposições, tem como hipotético a intersubjetividade, sendo esta a dialogicidade e transparência, e também a elaboração da realidade a partir do entendimento. A tomada de decisão deve ser coletiva, e para isso, o indivíduo deve acreditar que é possível (re)construir

sua realidade a partir da sua ação sobre o mundo. Sobre a epistemologia, foi identificado como caracterizante da gestão social o antipositivismo, sendo que a realidade social pode e deve ser (re)construída com base nos interesses de seus membros e a partir de sua percepção, sendo o indivíduo o próprio a viver a realidade e agir sobre ela (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Nesse sentido, o DRPE apresenta elementos coerentes com essas questões.

Em relação à natureza humana da gestão social, Cançado, Pereira e Tenório (2013) identificaram o voluntarismo como a característica dessa, pois consideram que o livre arbítrio é a condição para que ocorra a (re)construção da realidade a partir da interação entre as pessoas e ocorra a intersubjetividade sem nenhum tipo de coerção. Neste sentido, não cabe à natureza humana uma posição determinística. Sobre a dimensão metodológica, tem-se a característica ideográfica, sendo que esta tem fundamentos na importância de deixar que o ator envolvido revele sua natureza e características durante a pesquisa, possibilitando que seja analisada a tomada de decisão, se esta é coletiva e sem coerção, baseada no entendimento. Novamente, o DRPE se apresenta como um método coerente com essa proposta.

Na relação entre a gestão social e o DRPE temos os direcionamentos de participar, dialogar, interagir e buscar o consenso junto aos outros participantes para que seja alcançada a tomada de decisão coletiva e a emancipação.

#### **4.2 Categorias analíticas da gestão social a partir do DRPE**

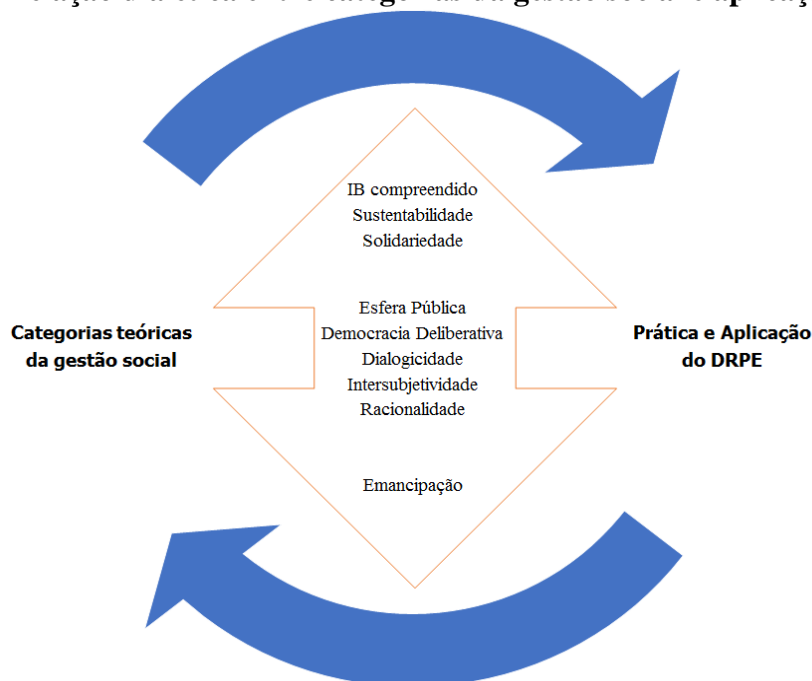
A democracia, ação comunicativa, educação dialógica e emancipação constituem os pilares do DRPE e estão presentes e intencionadas em todas as técnicas que constituem o diagnóstico (PEREIRA, 2017). Estas ficam a cargo de subsidiarem a equipe aplicadora na elaboração do relatório final, que contém planos de ações para solucionar os gargalos identificados e emancipá-los diante deles e este será retornado à comunidade e aos atores sociais envolvidos.

Há também um outro benefício que está implícito nesta metodologia, que é o desenvolvimento da gestão social, que está presente em toda técnica por meio dos pilares epistemológicos do DRPE. Para Pereira (2017, p. 170) o DRPE “é um método que promove a participação e a formação de uma consciência crítica dos sujeitos de uma dada coletividade geralmente em torno da construção de um bem comum”. Dessa forma, coerente com a proposta da gestão social de Tenório (1998).

Do diálogo do método do DRPE com a gestão social, temos, inicialmente, que o método constitui a abertura e disponibilização de um espaço para discussão organizada em

torno de temas geradores (fomentadores das técnicas do DRPE e constituído pelos próprios atores sociais) conectados com a esfera pública – uma das categorias centrais da gestão social segundo Pereira e Cançado (2018). Dessa forma, em torno da aplicação do DRPE temos três categorias da gestão social que coexistem, sendo o interesse bem compreendido, a esfera pública e a emancipação – fim, último da gestão social e objetivo do DRPE. Tal relação pode ser melhor visualizada na Figura 2. Lembrando que no interesse bem compreendido, Cançado, Pereira e Tenório (2013) destacam as relações com a sustentabilidade e a solidariedade, e, na esfera pública eles destacam as seguintes categorias: democracia deliberativa, dialogicidade, intersubjetividade e racionalidade.

**Figura 2 – Relação dialética entre categorias da gestão social e aplicação do DRPE.**



Fonte: Elaborado pelos autores.

O interesse bem compreendida parte do princípio de que “o bem-estar coletivo é a pré-condição para o bem-estar individual, pois ao defender os interesses coletivos, em última instancia, o indivíduo está defendendo seus próprios interesses” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 140). Este ainda trabalha no reforço da interdependência entre os indivíduos, buscando perceber seu engajamento na esfera pública. No DRPE, o interesse bem compreendido tem por intuito fazer com que as pessoas se unam para atingir um só fim, visto que o método busca induzir os participantes na busca pelos interesses coletivos.

O espaço de desenvolvimento do DRPE e da gestão social constitui a esfera pública. Este é um espaço em que as pessoas podem deliberar sobre suas necessidades e futuro

(CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). É nessa esfera que ocorre o diálogo entre os indivíduos que estão dispostos a expor seus interesses para que outros que compartilham desse mesmo interesse se unam em prol de um consenso. Na metodologia supracitada, a esfera pública é interpretada como a área de atuação dos envolvidos na técnica. Neste espaço, ocorre a identificação de problemas e é onde ocorre a resolução destes.

A emancipação, do indivíduo e social, assim como na gestão social e no DRPE, diz respeito à busca pela autonomia. Com base na gestão social e no DRPE, temos que ambas promovem e são constituídas por participação e consciência crítica dos sujeitos, que estão inseridos em uma coletividade e na esfera pública, que agem em torno da construção de um bem comum. Estas contribuem para a formação de cidadãos conscientes, tanto de seus deveres quanto direitos, além de torná-los capazes de dialogar, refletir e participar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a carência e lacuna na produção científica identificada no âmbito de metodologias no campo da gestão social, buscou-se neste trabalho apresentar as contribuições metodológicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) para a gestão social. Buscando responder a tal objetivo, temos que a chave para se produzir conhecimento em gestão social, com base no DRPE, está em relacionar as três grandes categorias da gestão social, a saber, o interesse bem compreendido, a esfera pública e a emancipação. Estas são responsáveis pela consciência crítica que induz o indivíduo à reflexão, à participação e dialogicidade e a emancipação.

O DRPE tem fundamento na participação e na deliberação buscando processos dialógicos de transformação da realidade. Dessa forma, a conjugação de técnicas de caráter participativo permite a obtenção de informações qualitativas e quantitativas em curto espaço de tempo. A gestão social e o DRPE contribuem para a construção de uma sociedade democrática, quebrando o silêncio e a falta de participação da sociedade em questões de bem comum, com isso, temos que estas buscam e prezam pelo consenso, entendimento e possibilitam a reflexão crítica da realidade. Assim, temos que o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) constitui uma das bases necessárias para a prática da gestão social, assim como o planejamento estratégico é relevante para a gestão estratégica (TENÓRIO, 1998). Com isso, é possível idealizar que o DRPE e a gestão social estabelecem um processo de dupla contribuição, em sentido metodológico e em processo de gestão, onde ambas caminham para a emancipação.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F.; PRADO, J. W.; VIEIRA, K. C. Mundo-da-vida e Sistema: refletindo sobre o locus da gestão social e suas tensões. In: **XVIII SemeAd** - Seminários em Administração, São Paulo, 2015.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. 313 p. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. 2. ed. Curitiba: Editora CRV, 2015.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social**: epistemologia de um paradigma. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CRUZ, E. S. T. **Gestão social da água mineral no município de Cambuquira – Minas Gerais**. 2017. 186 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2017.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida - São Paulo. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, p.748-779, 2011.

IIZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Produção acadêmica em gestão social: visita aos anais dos Enapegs de 2007 a 2012. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 71-85, 2013.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, 35(3), 189-220. 2011.

MAIA, M. Gestão Social: reconhecendo e construindo referenciais. **Textos & Contextos**, [S.l.], n. 4, p. 1-18, 2005.

PEREIRA, J. R. **Diagnostico Participativo: o Método DRPE**. 1. ed. Tubarão: Perito, 2017. v. 1. 178p.

PEREIRA, J. R.; CANCADO, A. C. **Gestão Social de Cooperativas**. Curitiba: Appris, 2018.

PERES JÚNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

TENÓRIO, F. G. (Re) Visitando o Conceito de Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.



TENÓRIO, F. G. O mito da participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v. 24, n. 3, p. 162-164, maio/jul./1990.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

TEIXEIRA, T. S; ALCÂNTARA, V. C; GARCIA, A. S; PEREIRA, J. R. O DRPE Como Método de Intervenção da Gestão Social. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n.4, art. 1, p. 03-19, jul./ago. 2019.

<b>Contribuição dos Autores</b>	<b>T. S. Teixeira</b>	<b>V. C. Alcântara</b>	<b>A. S. Garcia</b>	<b>J. R. Pereira</b>
1) concepção e planejamento.	X	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X